



**PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA
BOLSA DE ESTUDO PARA MAGISTRATURA**

COMO PARTICIPAR



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro Luís Roberto Barroso

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Mauro Campbell Marques

Conselheiros

Ministro Guilherme Caputo Bastos
José Edivaldo Rocha Rotondano
Renata Gil de Alcantara Videira
Mônica Autran Machado Nobre
Daniela Pereira Madeira
Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha
Guilherme Guimarães Feliciano
Pablo Coutinho Barreto
João Paulo Santos Schoucair
Ulisses Rabaneda dos Santos
Marcello Terto e Silva
Daiane Nogueira de Lira
Rodrigo Badaró

Secretária-Geral

Adriana Alves dos Santos Cruz

Secretário de Estratégia e Projetos

Gabriel da Silveira Matos

Diretor-Geral

Johaness Eck

Secretária de Comunicação Social

Giselly Siqueira

Coordenador de Mídias

Jônathas Seixas

Coordenadora de Imprensa

Gabriela Guerreiro

Diagramação

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Revisão de texto

Caroline Itchenko Zanetti
Matheus Bacelar

Equipe Responsável

Dra. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Dra. Wanessa Mendes de Araujo Amorim
Leila Mascarenhas
Natália Dino

2025

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600
Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br



**PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA
BOLSA DE ESTUDO PARA MAGISTRATURA**



1. OBJETIVO

Promover a diversidade étnico-racial na magistratura ao oferecer apoio financeiro, educacional e pedagógico para candidatos(as) negros(as) e indígenas, com ou sem deficiência, viabilizando sua aprovação nos concursos para ingresso na carreira.

A iniciativa faz parte do Programa CNJ de Ação Afirmativa para Ingresso na Magistratura, que pretende garantir condições mais competitivas e igualitárias nos concursos públicos, incluindo o Exame Nacional da Magistratura (Enam).

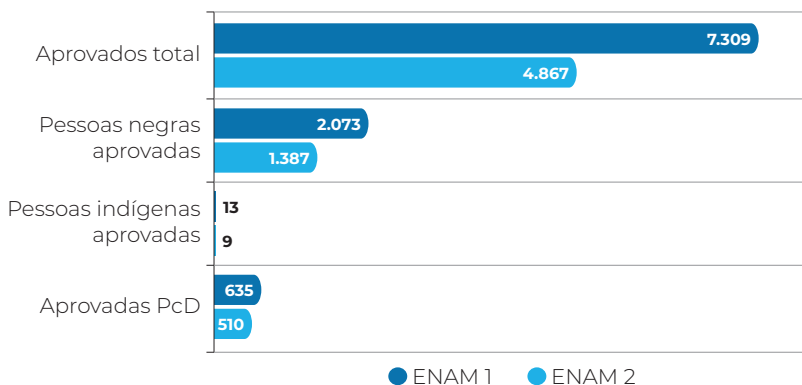
Como funciona?

Considerando as necessidades identificadas, existem 2 (duas) espécies de auxílios a serem concedidos aos(às) candidatos(as) selecionados(as), conforme perfil:

A) Bolsa de Manutenção: Custeio de despesas relacionadas à aquisição de material bibliográfico, contratação de professoras(es) e acesso a cursos preparatórios para provas específicas previstas nos certames, além de alimentação, transporte e moradia.

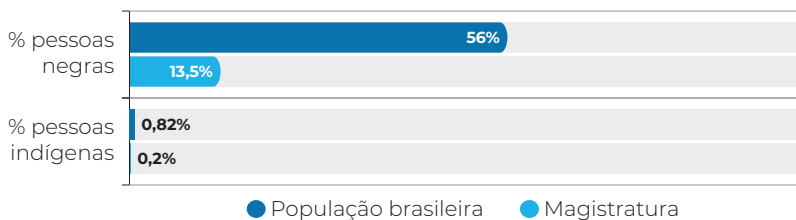
B) Bolsa de Estudo: Vagas em cursos preparatórios e Escolas da Magistratura credenciadas para assegurar gratuidade na mensalidade.

Resultados do 1º e 2º ENAM (Exame Nacional da Magistratura)



2. DIAGNÓSTICO

Baixa representatividade negra e indígena na magistratura



Fonte: IBGE, 2022 e MPM, 2025.

A Justiça brasileira é composta por 18.926 magistrados(as), de maioria branca (80,9%) e masculina (59,55%), sendo apenas 297 magistrados(as) autodeclarados(as) pretos(as) (1,6%), e 33 autodeclarados(as) indígenas (0,2%). Já os(as) autodeclarados(as) negro-pardos(as), são 2.204, representando 11,9% dos magistrados(as). Inexistem, até o momento, dados disponíveis sobre quilombolas, de acordo com o Painel de Dados de Pessoal do Poder Judiciário.

Os dados estão disponíveis no painel de Dados de Pessoal do Poder Judiciário:



Barreiras estruturais que impedem a participação competitiva e igualitária

- Racismo estrutural e vulnerabilidade socioeconômica;
- Alto custo do material de estudo e de cursinhos preparatórios;
- Dificuldade de conciliar estudo e trabalho para sustento próprio e familiar.



2,22 **magistrados(as) negros(as)** para cada 100.000 habitantes negros



18,75 **magistrados(as) brancos(as)** para cada 100.000 habitantes brancos



3. CUSTOS

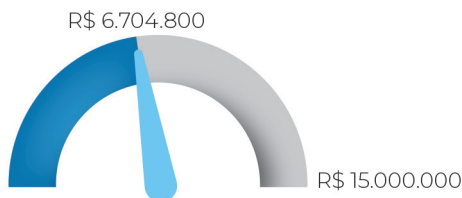
Quanto custa em média se preparar para a magistratura?

Dados de Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir do Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho, publicada em abril de 2020, indicam que o custo médio é de R\$ 30.500,00.

Qual é o valor de implementação do programa?

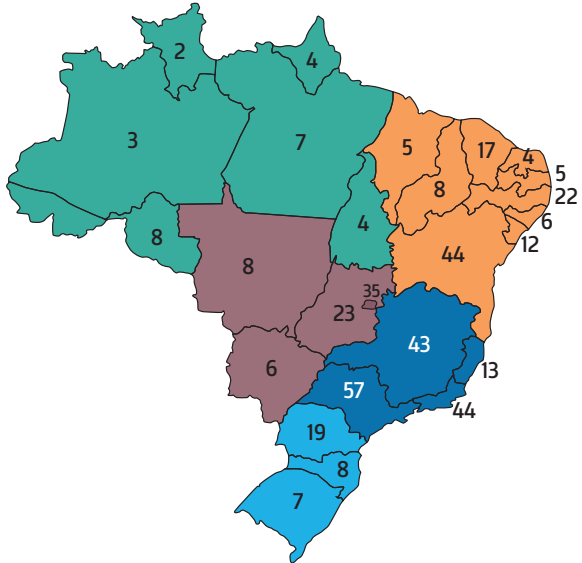
O valor necessário total para custear o programa por 2 (dois) anos é de R\$ 15.000.000,00, dos quais já foram arrecadados R\$ 6.704.800,00.

(atualizado até 08/05/2025)

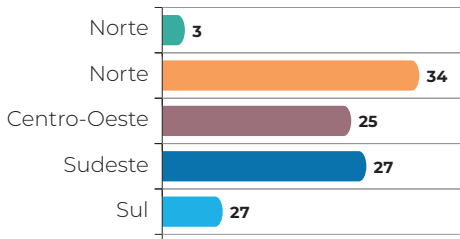


4. PANORAMA ATUAL

415 bolsas estudo



96 bolsas manutenção



Valor da bolsa:
R\$ 3.000 mensais

Duração: **2 anos**

Perspectiva de
ampliação imediata
de mais 24 bolsas



5. COMO CONTRIBUIR?

Acesse o Guia simplificado de como contribuir



Quem

Apoiadores júnior: podem contribuir com um valor reduzido de R\$ 39.600,00, equivalente ao custeio de uma bolsa anual;

Apoiadores sênior: podem contribuir com a cota mínima de R\$ 160.000,00, dividida em até 2 (duas) parcelas;

Doação coletiva (pool): várias pessoas jurídicas podem se unir para alcançar a cota mínima de R\$ 160.000,00.

Não poderão participar do presente Edital, conforme cláusula 3.2:

(ii) Partidos políticos ou quaisquer entidades a eles ligadas, assim como quaisquer entidades que exerçam atividade político-partidária, bem como entidades sindicais.

Prazo

De 1º/05/2024 (8h) até 20/02/2029 (19h).

Como

Enviar e-mail para **editaldedoacaocnj@cnj.jus.br**, com cópia para **njrd.direitosp@fgv.br**, acompanhado da proposta de doação.

6. DOAÇÕES

Proposta de Doação

O conteúdo da Proposta de Doação inclui a identificação da pessoa jurídica, descrição da doação e documentos adicionais previstos no último Edital nº 4/2024. A última proposta enviada prevalece, e a formalização da doação pode exigir documentos extras e procuração, se necessário.

Consulte na íntegra o último Edital nº 4/2024.



Destinação dos Recursos

Após a assinatura do respectivo Termo de Doação, os valores devem ser depositados em até **5 (cinco) dias úteis**, em conta bancária específica, destinada exclusivamente para esta finalidade, criada pela FGV com o objetivo de gerir os recursos destinados ao pagamento das **bolsas de manutenção** e a realização de **despesas devidamente comprovadas de suporte aos bolsistas (beneficiários)**, bem como para arcar com a **manutenção administrativa do Programa** em relação à gestão operacional para o recebimento das doações a destinação das bolsas.

Selo do Apoiador

As entidades parceiras receberão um selo de reconhecimento público por sua contribuição à diversidade e à inclusão.



**EU APOIO
O PROGRAMA DE
BOLSAS DO CNJ**



7. GESTÃO DO PROGRAMA

Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Getúlio Vargas, instituição responsável pelo credenciamento de cursos e pela arrecadação e gestão dos recursos necessários para a execução do Programa.

No Conselho Nacional de Justiça, a Secretaria-Geral é responsável pela gestão da iniciativa, com o apoio do Programa Justiça Plural - fruto de acordo de cooperação técnica firmado entre o CNJ e o PNUD - e consultoria da Universidade Zumbi dos Palmares.

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Acompanhamento contínuo para identificar áreas de melhoria e garantir a eficácia permanente da alocação dos recursos

Transparência

Comunicação transparente e efetiva sobre o programa, seu público, os objetivos e os resultados obtidos, garantindo que as informações sejam acessíveis a todos os interessados, inclusive com o estabelecimento de canais de *feedback*.

Relatórios anuais

FGV apresentará ao CNJ relatório anual de acompanhamento da execução e resultados do Programa.

Accountability

Designação de gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Termo.

S DE ESTUDOS BOLSAS DE EST
AGISTRATURA DA MAGISTRA
S DE ESTUDOS BOLSAS DE EST
AGISTRATURA DA MAGISTRA
S DE ESTUDOS BOLSAS DE EST
AGISTRATURA DA MAGISTRA
S DE ESTUDOS BOLSAS DE EST
AGISTRATURA DA MAGISTRA
S DE ESTUDOS BOLSAS DE EST
AGISTRATURA DA MAGISTRA
S DE ESTUDOS BOLSAS DE EST
AGISTRATURA DA MAGISTRA
S DE ESTUDOS BOLSAS DE EST

AGISTRATURA DA MAGISTRA
S DE ESTUDOS BOLSAS DE EST
AGISTRATURA DA MAGISTRA
S DE ESTUDOS BOLSAS DE EST
AGISTRATURA DA MAGISTRA
S DE ESTUDOS BOLSAS DE EST

CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



Consultoria
UNIVERSIDADE ZUMBI DOS PALMARES
INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR
SÃO PAULO - BRASIL



JUSTIÇA PLURAL
DIREITOS HUMANOS EM FOCO